

POR QUE O *ESPECISMO* NÃO DEVERIA SER DESEJADO? UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ARGUMENTO ÉTICO DE PETER SINGER

Verônica Pavani da Silva¹

Vinicius Schoenell dos Santos²

RESUMO: Este artigo explora os fundamentos éticos e implicações práticas do especismo, uma forma de discriminação entre seres humanos e animais não-humanos com base na espécie. Influenciado por pensadores como Peter Singer, especialmente à luz das obras *Libertação animal* (1975) e *Ética prática* (1979), o debate filosófico e ético aborda escolhas alimentares, métodos de pesquisa e reflexões sobre o impacto no bem-estar animal, meio ambiente e saúde humana. O estudo busca orientar para práticas mais éticas, uma coexistência mais harmoniosa e questionar por que o especismo não deve ser desejável na construção de uma sociedade compassiva, justa e sustentável.

Palavras-chave: antiespecismo, Peter Singer, especismo, ética, ética animal.

WHY SHOULD SPECIESISM NOT BE DESIRED? A REFLECTION FROM PETER SINGER'S ETHICAL ARGUMENT

ABSTRACT: This article explores the ethical foundations and practical implications of speciesism, a form of discrimination between humans and non-human animals based on species. Influenced by thinkers such as Peter Singer, particularly in light of the works *Animal Liberation* (1975) and *Practical Ethics* (1979), the philosophical and ethical debate addresses dietary choices, research methods, and reflections on the impact on

¹ Mestranda em Filosofia (Bolsista PROEX/CAPES) – UNISINOS e Pós-graduanda em Ensino de Filosofia – UFPel. E-mail: veronica.pavani@gmail.com

² Mestrando em Filosofia (Bolsista PROEX/CAPES) – UNISINOS. E-mail: bep.vss@hotmail.com

animal welfare, the environment, and human health. The study aims to guide towards more ethical practices, a more harmonious coexistence, and to question why speciesism should not be desirable in the construction of a compassionate, just, and sustainable society.

Keywords: Anti-speciesism, Peter Singer, speciesism, ethics, animal ethics.

1. Introdução

O tratamento diferenciado de seres humanos e animais não-humanos, conhecido como especismo, tem sido objeto de debates filosóficos e éticos ao longo dos anos. Essa abordagem, fundamentada na discriminação arbitrária com base na espécie, levanta importantes questionamentos sobre sua viabilidade ética e as implicações práticas que dela decorrem. A discussão sobre o especismo transcende as fronteiras acadêmicas e permeia nosso cotidiano, de modo que nossas escolhas alimentares são influenciadas, nossas interações com animais de estimação, bem como questões mais amplas, como a exploração animal na indústria agropecuária e as práticas de pesquisa científica em animais.

Diversos autores têm se destacado na exploração desse tópico complexo e suas publicações desempenharam um papel significativo em moldar o debate atual. Peter Singer, um dos principais defensores do antiespecismo, ofereceu uma perspectiva influente em suas obras *Libertação animal* (1975) e *Ética prática* (1979), no qual desenvolve uma argumentação que desafia a discriminação arbitrária baseada na espécie e promove a consideração ética e moral dos direitos dos animais. Singer argumenta que os seres humanos devem reconhecer o valor intrínseco dos animais não-humanos e conceder-lhes direitos básicos, como o direito de não serem submetidos a maus-tratos. As suas obras têm sido uma referência fundamental no debate sobre a ética em relação aos animais e na busca por uma sociedade mais compassiva e justa. Felipe (2014), Fernández e Martínez (2022) e Oliveira (2021) também trataram da necessidade de se abordar o antiespecismo como uma prática pertencente a um estilo de vida e de se incorporar a práticas políticas e de existência.

A exploração dos *animais não-humanos* para fins de alimentação, pesquisa científica e entretenimento é uma prática recorrente em nossa sociedade. No entanto, esse tratamento especista tem levado a um impacto significativo no bem-estar animal, muitas vezes tendo como resultado a violação de seus interesses fundamentais. O sofrimento decorrente dessas práticas especistas é uma questão ética crucial a ser examinada, pois levanta reflexões sobre a ética da consideração moral e o tratamento adequado a ser dispensado a outras formas de vida no planeta.

Outro aspecto importante a ser considerado são os efeitos do especismo no meio ambiente. A criação intensiva de animais para produção de alimentos e outras práticas relacionadas têm sido apontadas como fatores contribuintes para o desmatamento, poluição e degradação ambiental. Esses impactos negativos trazem prejuízos à biodiversidade e ao equilíbrio ecológico, o que aciona um alerta para a necessidade de repensar nossa relação com os animais e o meio ambiente como um todo.

Segundo Grava (2018, p. 214-216), já é possível apontar que o consumo de carne vermelha está associado a um aumento significativo no risco de câncer colorretal e outras doenças. O autor destaca que a Organização Mundial da Saúde classificou carnes processadas como carcinogênicas e a carne vermelha como "provavelmente cancerígena", em 2015. Além disso, Grava ressalta que esses impactos na saúde humana são acompanhados por sérias consequências ambientais, já que a produção animal seria uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa, uso excessivo de água e degradação de solos, com impactos diretos na biodiversidade e na qualidade dos recursos naturais.

Ao levarmos em conta os aspectos de bem-estar animal, da exploração, bem como o impacto ambiental causado pelo especismo, surge a necessidade de questionar a sustentabilidade dessa abordagem ética em longo prazo. Nesse contexto, abordaremos também alguns dos argumentos especistas e antiespecistas, a fim de compreender as justificativas e as implicações éticas associadas a cada perspectiva.

Ao longo deste trabalho, investigaremos os fundamentos éticos e as consequências práticas do especismo em uma análise que visa promover uma reflexão

profunda sobre nossas interações com outras formas de vida no planeta. Com base nos argumentos apresentados e nas implicações práticas discutidas buscaremos compreender quais são as implicações éticas e práticas do especismo e, porque, à luz dessas implicações, o especismo não é uma abordagem desejável em nossa busca por uma sociedade mais compassiva, justa e sustentável, principalmente com base no argumento de Peter Singer acerca do antiespecismo³. Ao nos engajarmos nesse diálogo filosófico poderemos trilhar caminhos que valorizem o bem-estar animal, a preservação do meio ambiente e o respeito a todas as formas de vida, com intuito de que se obtenha uma convivência mais harmoniosa e ética em nosso mundo.

2. O argumento especista

No âmbito da discussão ética sobre os direitos animais, o argumento especista surge como uma perspectiva que justifica a discriminação entre espécies, que estabelece uma hierarquia moral com base na superioridade da espécie humana. Essa visão antropocêntrica é frequentemente utilizada como justificativa para atribuir um valor moral diferenciado aos seres humanos em relação aos animais não-humanos, o que resulta em uma abordagem ética controversa. O especismo, definido como "um preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies" (SINGER, 2004, p. 6), é uma postura que, assim como o racismo e o sexismo, coloca objeções fundamentais sobre a igualdade de consideração moral e a justificação da exploração de outros seres sencientes com base em sua espécie.

VanDeVeer (1979a) identificou três versões de especismo: radical, extrema e sensível a interesses. Enquanto o especismo radical nega interesses moralmente relevantes aos animais, ao passo que os considera desprovidos de qualquer estatuto moral devido à sua espécie, as outras duas versões partilham a ideia de que os animais têm alguma importância moral, porém menor do que a dos humanos. O especismo sensível a interesses é uma posição na qual os interesses humanos só suplantam os dos animais

³ Argumento esse que será extraído, principalmente, das suas obras *Ética prática* (1994) e *Libertação animal* (2004).

quando são do mesmo tipo ou mais básico, de modo a considerar que interesses básicos são essenciais para uma vida minimamente boa (MIGUEL, 2020, p. 6).

Já no que toca à discriminação especista, Rachels (1990) diferenciou 'especismo não-qualificado' de 'especismo qualificado'. O especismo não qualificado é a visão de que apenas o pertencimento a uma determinada espécie é moralmente importante. Nessa perspectiva, o mero fato de um indivíduo ser membro de uma espécie específica é suficiente para fazer diferença na forma como esse indivíduo deve ser tratado moralmente, sem levar em conta suas características pessoais ou outras considerações. No entanto, essa visão é considerada implausível e é criticada por se assemelhar ao racismo, onde certos grupos são discriminados com base em características físicas ou de pertencimento a uma raça específica. O especismo não qualificado não é geralmente aceito, mesmo por aqueles que defendem uma moralidade tradicional. A história de ficção científica *The Teacher from Mars* (1941) pode ser utilizada como exemplo para ilustrar que tratar indivíduos com base em sua espécie, sem considerar suas características pessoais, é uma forma de discriminação injustificada. Em vez disso, Rachels (1990, p. 182) argumenta que devemos levar em conta as diferenças individuais e relevantes entre os seres sencientes ao considerar questões éticas e morais relacionadas aos animais não-humanos.

O especismo qualificado representa uma abordagem mais refinada em relação à moralidade e às espécies, frequentemente adotado pelos defensores da moralidade tradicional. Nessa perspectiva, a espécie em si não possui relevância moral direta. No entanto, a pertença a uma espécie pode estar correlacionada com outras características que são moralmente relevantes. Segundo Rachels (1990, p. 184), os interesses dos seres humanos são considerados prioritários não simplesmente por sua humanidade, mas devido a características morais exclusivas que outros animais não possuem. O especismo qualificado sustenta que, em situações comparáveis e relevantes, os interesses tanto dos humanos como dos animais não-humanos devem receber igual peso moral. Diferenças relevantes entre indivíduos podem justificar tratamentos distintos, mas a mera filiação a uma espécie não é, *per se*, suficiente para justificar a discriminação moral entre os seres vivos.

As distintas formas de especismo nos desafiam a questionar as bases éticas das relações entre seres humanos e animais não-humanos e a buscar uma compreensão mais ampla e inclusiva da consideração moral para com todas as formas de vida. Como afirmado por Francine e Rall (2016, p. 17), o especismo se manifesta de maneiras variadas, e é fundamental analisarmos criticamente essa discriminação para promover a justiça e o respeito por todas as espécies. As justificativas apresentadas para a discriminação entre espécies geralmente baseiam-se na crença de que as características e capacidades humanas são únicas e superiores, o que coloca os seres humanos em um patamar moralmente superior aos demais animais. Essa visão antropocêntrica é profundamente arraigada em muitas culturas e tradições, como um dos fatores que influenciam a forma como os seres humanos se relacionam com o mundo natural.

A hierarquia moral baseada na espécie humana tem consequências significativas para a ética e a relação com os animais. De acordo com Oliveira (2021, p. 46-47), essa perspectiva hierárquica acaba por perpetuar atitudes de exploração e subjugação dos animais não-humanos, seja para fins de alimentação, entretenimento ou pesquisa científica, o que suscita uma reflexão urgente sobre as implicações éticas envolvidas.

Ao considerar os interesses e o bem-estar dos animais não-humanos como de menor importância, corre-se o risco de negar-lhes a consideração moral que merecem. Conforme argumentado por Oliveira (2021, p. 11) é crucial que, em nossas decisões e ações, ponderemos os impactos que causamos em outras formas de vida, a fim de garantir a justiça e a compaixão em nossas relações com os animais. A superação do especismo requer uma mudança profunda em nossas percepções e valores éticos. Devemos reconhecer a igualdade de consideração moral para todas as formas de vida, a fim de rejeitar a noção de superioridade arbitrária da espécie humana sobre as demais espécies. Essa transformação é essencial para promover um mundo mais justo e compassivo, onde todas as criaturas compartilhem o direito à vida e ao bem-estar (OLIVEIRA, 2021, p. 23).

3. O argumento antiespecista:

3.1. O argumento de Peter Singer contra o especismo

Em contraposição ao especismo, há o que é intitulado *antiespecismo*, que têm como um de seus pensadores o filósofo australiano Peter Singer. Uma de suas teses é a de que se deve estender o princípio da igualdade de consideração de interesses, que se baseia na ideia de que todos os seres que possuem a capacidade de sofrer devem ter seus interesses levados em consideração de forma igualitária, para, também, as espécies não-humanas:

Como já vimos, esse princípio implica que a nossa preocupação com os outros não deve depender de como são, ou das aptidões que possuem (muito embora o que essa preocupação exige precisamente que façamos possa variar, conforme as características dos que são afetados por nossas ações). [...] O princípio, contudo, também implica o fato de que os seres não pertencerem à nossa espécie não nos dá o direito de explorá-los, nem significa que, por serem os outros animais menos inteligentes que nós, possamos deixar de levar em conta os seus interesses (SINGER, 1994, p. 66).

Singer, a partir das ideias de Bentham, fala que o ponto a ser considerado não é se os animais são capazes de raciocinar ou falar, mas *se são passíveis de sofrimento*. Ele defende que a capacidade de sofrer e de sentir prazer seriam condição prévia para possuir interesses: “Se um ser sofre, não pode haver nenhuma justificativa de ordem moral para nos recusarmos a levar esse sofrimento em consideração” (SINGER, 1994, p. 67).

Os especistas dão maior peso ao sofrimento da sua própria espécie do que ao das demais espécies. Singer (1994, p. 69-70) diz que, embora espécies diferentes sejam afligidas por tipos de sofrimentos diferentes, é preciso ter temperança na hora de compreender, na prática, como o sofrimento se manifesta. Ele usa o exemplo de que dar um tapa na anca de um cavalo, que possui pele grossa, é muito menos “danoso” ou inflige muito menos sofrimento do que dar um tapa na mesma intensidade em um bebê. Entretanto, se fosse calculado uma forma de aplicar o mesmo sofrimento que o bebê sentiria ao levar um tapa para que equivalesse ao cavalo (como bater com um pedaço de pau, por exemplo), também deveria ser considerado errado proporcionar esse sofrimento ao animal, da mesma forma que achamos errado proporcionar esse sofrimento ao bebê.

Singer (1994, p. 68-71) aponta que se os critérios que justificam o especismo forem as capacidades mentais mais desenvolvidas dos humanos (por humanos, aqui, Singer considera seres humanos adultos com plenas faculdades mentais desenvolvidas), então bebês ou pessoas com algum tipo de deficiência mental grave poderiam, justificadamente, também serem usadas para os fins dos quais os animais são submetidos e que geram sofrimento. A justificativa, então, estaria baseada em uma defesa de uma preferência moral por não infligir determinado tipo de sofrimento aos da nossa própria espécie, em detrimento de infligir esse sofrimento a outras espécies consideradas inferiores (o que, para Singer, se assemelha ao tipo de justificação dos racistas ou dos supremacistas raciais).

Dessa forma, Singer (1994, p. 71) enfatiza que a dor e o sofrimento são coisas más e que, independentemente de quem sofre (se é ou não da espécie humana ou se é ou não da mesma raça), deve ser evitada.

Uma das questões tratadas, então, pelo autor, é o uso dos animais como alimento. Essa prática seria uma das pedras angulares que levariam à ideia de que os animais existem para satisfazer os seres humanos e, *per se*, entraria em conflito com o princípio da igual consideração dos interesses, uma vez que privilegiaria um interesse menor (o luxo humano de comer carne) acima de um interesse maior (a vida e o bem-estar de um ser vivo). Singer (1994, p. 73) afirma que para que se evite o especismo, é necessário que, também, se evite essas práticas.

A solução para esse problema que Singer (1994, p. 74-75) oferece é que abandonemos o hábito de consumo baseado em indústrias com produções em grande escala, que causam o sofrimento dos animais em decorrência de lucro, e que adotemos um consumo mais consciente, que pode advir de produtores que criam os animais para consumo, a lhes proporcionar um tratamento digno e que não lhes cause sofrimento. Entretanto, se não for possível tomar ciência da procedência da carne (o que é, por muitas vezes, o caso das populações que vivem nas grandes metrópoles), enfatiza-se então que a solução é o boicote e, possivelmente como consequência, a adoção de um modo de vida vegetariano.

Singer (1994, p. 75-77) também aponta que um dos campos em que o especismo mais se evidencia é no das experiências com animais. A alegação central que tenta justificar o especismo é de que o uso de animais como cobaias possibilita o desenvolvimento humano e conduz a um maior progresso. Porém, os testes em animais não se limitam apenas ao campo do desenvolvimento para coisas vitais, como medicamentos, mas se estende a produtos que não são de ordem necessária para a subsistência humana ou o progresso da humanidade, como cosméticos, corantes alimentícios, e, também, como experimentos observacionais que colocam animais em situações de estresse, fome, exposição à radiação e isolamento. Esse tipo de tratamento dos humanos para com os animais seria o indicativo da falha na atribuição de um princípio de igual consideração aos interesses de todos os seres.

O fato de que os cientistas optem por usar animais para tais experimentos e não seres humanos órfãos, com grave lesão cerebral ou vegetativos, indicaria que existe uma preferência moral que justificaria, para os especistas, um tipo de preconceito para com os outros seres não-humanos.

Há outras áreas, também, que reforçam o especismo, como comércio de peles, a caça, circos, rodeios, zoológicos e a comercialização que envolvem animais de estimação. Singer (1994, p. 80) menciona que, em relação a dúvida sobre se os animais sentem dor, é possível inferir que sim, uma vez que uma criança, embora não demonstre da mesma forma que um adulto (muitas vezes por ainda não ter desenvolvido a habilidade da fala), é capaz de manifestar que sente dor por meio de reações não convencionais ao seu modo usual de agir, e os animais, em grande parte, reagiriam de forma análoga.

A responsabilidade que os seres humanos teriam, em relação à capacidade de ponderação moral sobre seus atos, em relação aos animais, se diferenciaria dos animais não-humanos justamente porque os animais não deliberam moralmente sobre suas ações, e se comem uns aos outros é por necessidade, coisa que o ser humano poderia, com algum esforço, contornar (refere-se aqui a questão do consumo de carne advinda de uma indústria que causa sofrimento aos animais).

Assim, “a ética não exige que eliminemos as relações pessoais e as afeições parciais, mas exige que, em nossas ações, levemos em conta as reivindicações morais dos que são afetados por elas, e que o façamos com um certo grau de independência” (SINGER, 1994, p. 87). À ideia de reivindicação moral, optaremos por pressupor em conjunto com Singer, a fim de, deliberadamente, evitar-se uma maior abrangência desse trabalho. Entretanto, é evidente que a pressuposição de que seres não-humanos possam reivindicar moralmente algo em relação a um indivíduo humano implica uma série de questões, que perpassam desde o campo jurídico até o campo ontológico.

Singer (1994, p. 126) sugere que se a vida humana é em alguma instância especial, é devido ao fato de que a maioria dos humanos são *peessoas*. Entretanto, alguns animais não-humanos (membros de outras espécies) também podem ser considerados pessoas, do mesmo modo que certos seres humanos não seriam pessoas (como um ser humano que possui uma doença mental congênita). A ideia de “pessoa”, para Singer (1994, p. 100-101) compreende, por sua vez, indivíduos que são capazes de se situar no mundo e, conseqüentemente, de experimentar prazer e sofrimento. Ora, animais de outras espécies são certamente capazes de se situar em seu mundo e de experimentar prazer e sofrimento. Assim, a concepção de “pessoa” não se limitaria apenas aos humanos.

Frente a isso, seria eticamente reprovável usarmos animais que possuem ou possam possuir esse status de pessoa como alimento ou como alguma outra forma instrumental. Aos animais domésticos, usualmente conferimos uma consideração maior do que aos animais selvagens ou que não são domesticados. É comum atribuímos certa ideia de consciência a nossos animais domésticos (por observarmos seus hábitos e por considerarmos que são próximos o suficiente de nós para que não lhes imponhamos sofrimento desnecessário) e pensarmos em animais selvagens como irracionais. Entretanto, segundo Singer (1994, p. 128), devemos conceder o benefício da dúvida acerca da racionalidade e de que se animais são ou não pessoas e, conseqüente, não devemos matá-los ou usá-los apenas para a satisfação de nossos interesses.

Assim, Singer (1994, p. 141) enfatiza que com o conhecimento que se tinha à época (relativo ao tempo da publicação do manuscrito original, ou seja, por volta de

1979), pode-se concluir que é extremamente reprovável (assemelhado à condição de assassinato) que se abata chimpanzês, gorilas e orangotangos, que exemplificam seres dotados de uma capacidade de raciocínio lógico e de percepção temporal (possivelmente essa defesa possa se estender a todos os símios e, talvez, a todos os mamíferos). Dessa forma, Singer salienta que:

[...] no nível dos princípios morais práticos, seria melhor rejeitar por inteiro o abate de animais com fins alimentares, a menos que se tenha de praticá-lo tendo em vista a própria sobrevivência. Matar animais para transformá-los em alimento leva-nos a pensar neles como objetos que podemos usar como bem nos aprouver. Suas vidas, então, valem muito pouco quando confrontadas com os nossos meros desejos (SINGER, 1994, p. 143).

A vida dos animais, então, possuiria um peso tal qual a vida dos seres humanos e, portanto, deveríamos como espécie dominante e dotada da capacidade de raciocinar moralmente, tratar esses seres não-humanos de forma a reconhecê-los como seres em si, munidos de certo direito a vida, e não meras ferramentas a disposição da humanidade.

Entretanto, esse tipo de afirmação gerou debates póstumos, como explicitado por Naconecy (2007, p. 121), onde pensadores como Singer não desenvolveram uma ética animal, de fato, mas uma *ética dos vertebrados* e, quase em sua totalidade, mamíferos:

Há cerca de 1.300.000 espécies de animais descritas pela Zoologia. De todas as espécies conhecidas, apenas 2% são vertebradas. Isso significa que a preocupação pelos animais sencientes deixaria de fora do âmbito da consideração moral uma infinidade de formas de vida animal sobre a Terra. As proposições da Ética Animal, incluindo as teses da corrente dos Direitos Animais, dizem respeito, portanto, a uma percentagem ínfima do reino animal.

Em resposta a esse problema, Naconecy (2007, p. 140-151) oferece uma solução de que, ao invés de se questionar se os animais são capazes de sofrer, como base de uma ética animal, deve-se questionar se eles são seres *vivos*, pois muitos animais como insetos, moluscos e crustáceos não possuem a mesma estrutura que os mamíferos e, conseqüentemente, não sofrem da mesma forma. Assim, seria possível abarcar todos os

animais dentro de uma real ética animal, e não uma ética que pense somente uma porcentagem pequena dos seres não-humanos.

4. Por que o especismo não deveria ser desejado?

A partir da análise ética de Singer, pode-se inferir que uma das principais razões pelas quais o especismo não deveria ser desejado é o crescente corpo de evidências científicas que aponta para a senciência dos animais não-humanos. Amado (2015), além de Singer (1994), defende que muitas espécies animais possuem a capacidade de sentir dor, emoções e ter experiências subjetivas, assim como os seres humanos. Negar a consideração moral desses interesses sencientes com base em sua espécie é injusto e contraditório com nossos princípios éticos de respeito e empatia.

Essa consideração de Amado, embora evoque certo tom de objetividade, parece ser uma conclusão apressada. Não se segue, necessariamente, que essa negação é injusta ou contraditória com aquilo que tomamos como princípios éticos e empáticos. Um possível ajuste, nesta afirmação do autor, poderia ser de que, *prima facie*, isso não é injusto, mas é resultado de um certo da manifestação de um preconceito para com tais formas de experiência, *i.e.*, um preconceito sobre uma categoria que não é humana e que não compartilha das mesmas experiências que os seres humanos, mas que não contradiz um princípio ético de respeito e empatia, pois, tal princípio precisaria ser universal.

O especismo, também, é criticado por ser arbitrário em sua definição de quem merece consideração moral e quem não merece. A distinção baseada na espécie é uma característica acidental e não essencial das entidades morais. Ao considerar apenas a espécie como critério para determinar o valor moral, ignoramos outras características relevantes, como a capacidade de sofrer e experimentar prazer, que são compartilhadas por muitos animais não-humanos e seres humanos. Logo, adotar o especismo como base para nossas ações morais leva a incoerências éticas em nossas decisões. Por exemplo, segundo Belchior e Dias (2022, p. 49), muitas pessoas têm animais de estimação a quem prezam e cuidam como “membros da família”, enquanto apoiam práticas como a exploração animal na indústria alimentícia e de entretenimento. Essa dicotomia revela

uma inconsistência em nossos valores e destaca a necessidade de reconhecer consistentemente a igualdade de consideração para todos os seres sencientes, independentemente de sua espécie.

Esse tipo de pensamento, embora possa ser tomado como radical, pode servir como uma “base simples” para que se compreenda o porquê não se deve tomar uma espécie (ou até mesmo um grupo) como simplesmente descartável ou submissa a outra, embora seja possível reconhecer que, nas relações humanas, os indivíduos possuem mais apreço por animais de estimação do que por animais de criação, selvagens ou pragas, por exemplo. Práticas como o especismo reforçariam um maior senso de não reconhecimento entre entes de diferentes tipos, com a possibilidade de que isso se estenda a esferas humanas de forma não desejada.

A prática do especismo pode se relacionar, também, a impactos ambientais e sociais negativos. A exploração animal na indústria agrícola e pecuária pode contribuir para a degradação do meio ambiente, juntamente ao desmatamento, poluição e esgotamento de recursos naturais. Ademais, a perpetuação do especismo pode reforçar desigualdades sociais ao negar direitos e consideração moral a comunidades que tradicionalmente dependem de animais não-humanos para subsistência e tradição cultural (como o costume de comer espetos de insetos em certos lugares da Ásia e o sacrifício de galináceos em cerimônias religiosas). Pode se acrescer a isso, também, uma cadeia inconsequente de fome e miséria, uma vez que a produção e o consumo podem estar diretamente correlacionados com o excesso e a falta de alimentos em diversos lugares do mundo.

5. Conclusão

O especismo, caracterizado pelo tratamento diferenciado de seres humanos e animais não-humanos com base na espécie, tem sido objeto de atenção, recentemente, nos campos do debate ético e filosófico. A análise do argumento ético de Peter Singer, um dos principais defensores do antiespecismo, nos conduz a importantes reflexões sobre a consideração moral para com todas as formas de vida.

Ao ponderar sobre as implicações práticas do especismo, fica evidente que essa abordagem poderá não ser desejável a longo prazo, ou seja, é possível que, com o tempo, os seres humanos abandonem o especismo (que hoje predomina normativamente) e procurem soluções que visem remediar os problemas supracitados. A exploração dos animais não-humanos para fins de alimentação, pesquisa científica e entretenimento resulta em impactos significativos no bem-estar animal, o que afeta seus interesses fundamentais. Além disso, o especismo também contribui para o desequilíbrio ambiental e a degradação do meio ambiente, o que prejudica a biodiversidade e o equilíbrio ecológico. (GRAVA, 2018, p. 214).

A hierarquia moral baseada na espécie humana, com a justificativa de que características e capacidades humanas são superiores, perpetua atitudes de subjugação dos animais não-humanos. Essa visão antropocêntrica é questionável, pois desconsidera a capacidade de sofrimento e prazer compartilhada por muitos animais não-humanos.

O antiespecismo proposto por Peter Singer defende a extensão do princípio da igualdade de consideração de interesses para todas as formas de vida que possuem a capacidade de sentir dor e experimentar prazer para além do domínio da espécie humana. Essa abordagem nos leva a reconhecer que a senciência é um critério relevante para atribuir consideração moral, independentemente da espécie (embora esse critério possa ser revisável posteriormente, como explicitado por Naconezy).

A hierarquia moral baseada na espécie humana é insustentável à luz das evidências sobre a capacidade de sofrimento e prazer compartilhada por muitos animais não-humanos. O antiespecismo proposto por Singer, ao estender o princípio da igualdade de consideração de interesses para todas as formas de vida sencientes, promove a igualdade moral entre todas as espécies. Essa transformação ética é essencial para construir uma sociedade mais compassiva, justa e sustentável, onde todas as criaturas tenham o direito à vida e sejam tratadas com dignidade e compaixão, de forma igual à consideração que temos por nossa própria espécie.

Para promover uma sociedade mais compassiva, justa e sustentável, é crucial adotarmos medidas práticas em direção a essa transformação ética. Isso pode incluir o

apoio a iniciativas que visem o bem-estar dos animais, a preservação do meio ambiente e a escolha de práticas alimentares mais éticas, como o veganismo (ou alguma outra prática que não envolva o consumo de produtos de origem animal). Movimentos e organizações dedicados ao antiespecismo já estão em ação e é possível, a partir deles e da ação individual, contribuir para o crescimento de tais grupos, o que pode possibilitar um maior impacto das pautas antiespecistas.

Agradecimento à CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

AMADO, Frederico. **Direito ambiental esquematizado**. 6 ed. São Paulo: Método, 2015.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva; DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. Os animais de estimação como membros do agrupamento familiar. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 15, n. 3, p. 31-52, dez. 2020.

FELIPE, Sônia Terezinha. A perspectiva ecoanimalista feminista antiespecista. *In*: **Estudos feministas e de gênero: Articulações e Perspectivas** (org. Stevens, C., et al), 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 52-73, 2014.

FERNÁNDEZ, Laura; MARTÍNEZ, Gabriela Parada. El veganismo no es una dieta: Una revisión crítica antigordofóbica y antiespecista del ‘veganismo de estilo de vida’. **Animal Ethics Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 44-59, mai. 2022.

FRANCINE, Luanda.; RALL, Vânia. Dossiê Ética e direitos dos animais. **Revista Diversitas/USP**, v. 1, n. 5, p. 11-17, 2016.

GRAVA, Diego. Especismo na cultura alimentar moderna: Impactos socioeconômicos, sanitários, ambientais e éticos da cadeia produtiva animal no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 49, p. 200-220, 2018.

MIGUEL, Ricardo. **Especismo**. Compêndio Em Linha De Problemas De Filosofia Analítica. Ricardo Santos e Pedro Galvão (ed), Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2020.

NACONECY, Carlos Michelin. Ética animal... Ou uma ética para vertebrados?: Um animalista também pratica especismo? **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 2, n. 3, p. 119-153, 2007.

OLIVEIRA, Hélio Rosa de *et al.* **Ética e direitos dos animais**: a questão do especismo e do antiespecismo na filosofia política contemporânea. Orientador: Cristiano Bonneau. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

RACHELS, James. **Created from animals: The moral implications of Darwinism**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. São Paulo: Lugano, 2004.

SINGER, Peter. **Ética prática**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

